

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

Objeto: Contratação de serviços especializados em Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia, disponibilizados em plataforma de atendimento multicanais em nuvem (SaaS).

PROCESSO Nº 03750.000603.000017/2022-89

<u>ITEM</u>	<u>ASSUNTO</u>
1 -	DO OBJETO
2 -	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3 -	DO CREDENCIAMENTO
4 -	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
5 -	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6 -	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7 -	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8 -	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
9 -	DA HABILITAÇÃO
10 -	DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
11 -	DOS RECURSOS
12 -	DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
13 -	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
14 -	DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
15 -	DO TERMO DE CONTRATO
16 -	DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL
17 -	DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
18 -	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
19 -	DO PAGAMENTO
20 -	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
21 -	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS
22 -	DA SUBCONTRATAÇÃO
23 -	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**

Data e horário da abertura da sessão do Pregão Eletrônico: **12/04/2023, às 10:00 horas.**

Data e horário de início de recebimento das propostas: **20/03/2023, às 08 horas.**

Data e horário de término para recebimento das propostas: **12/04/2023, às 10:00 horas.**

Endereço: www.comprasnet.gov.br

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO – FUNPRES-EXE, situada no SCN Quadra 2 Bloco A – Salas 201 a 204 – Ed. Corporate Financial Center – Brasília – DF – CEP: 70712-900, por intermédio da Gerência de Patrimônio, Logística e Contratações, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 06/DIRAD/FUNPRES-EXE, de 08 de janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço por item**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global conforme descrito neste Edital e seus anexos.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, no que couber, a Legislação correlata e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços especializados em Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia, disponibilizados em plataforma de atendimento multicanais em nuvem (SaaS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 2 (dois) itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse:

SERVIÇOS			
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
1	Plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria	Mensalidade	12
	Implantação e Licenças de Plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria	Pagamento único	1
RELATÓRIOS E LAUDOS			
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
2	Plataforma de Canal Externo de Denúncia	Mensalidade	12
	Implantação e Licenças de Plataforma de Canal Externo de Denúncia	Pagamento único	1

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da contratação para o corrente exercício correrão à conta dos recursos constantes das Despesas do Plano de Gestão Administrativa, aprovado na 118ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, de 15 de dezembro de 2022, na Ação Orçamentária – Tecnologia da Informação, Item – Softwares Especializados de Apoio ao Negócio – Software de Gestão de Ouvidoria e Canal Externo de Denúncias.

2.2. A despesa dos exercícios subsequentes correrá à conta da dotação orçamentária consignada para essa atividade em cada respectivo exercício

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 38 da Lei 13.303, de 2016;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Funpresp-Exe.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Funpresp-Exe.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor mensal/unitário e global do item, conforme modelo de proposta, anexo III deste Edital;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de proposta, conforme anexo III deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Funpresp-Exe deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no inciso II do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da proposta e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à

fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Funpresp-Exe por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do respectivo item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem

de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, será observado o disposto no art. 55, da Lei nº 13.303, de 2016, realizando-se disputa final em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.

7.26.1 prestados por empresas brasileiras;

7.26.2 prestados por empresas por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3 prestados por empresas por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da proposta, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da proposta não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2. apresentar um ou mais valores da proposta que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis e medidas.

8.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303, de 2016 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP Nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destaca-se a proposta readequada com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua proposta deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na proposta com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos;

8.12. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.16. Para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

9 DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.10.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado do item pertinente, tomando o valor estimado de cada item que é de R\$ 48.900,00, cuja soma dos dois itens resulta no valor estimado total de R\$ 97.800,00.

9.11. Qualificação Técnica:

- 9.11.1. Busca-se a contratação de empresa(s) idônea(s), com a experiência necessária para executar um ou ambos objetos, a saber: plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria e plataforma de Canal Externo de Denúncia. Neste contexto, para ambas plataformas será exigida a comprovação do atendimento das seguintes exigências inerentes à qualificação técnica:

- 9.11.2. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por empresa(s) pública(s) ou privada(s), compatível em características, quantidades e prazos com os objetos da licitação.
- 9.11.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) se referir aos serviços de atendimento multicanais para registro e gestão de manifestações recebidas por mídias eletrônicas, observando-se o seguinte:
 - 9.11.3.1. Os atestados de capacidade sistêmica-técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificada no contrato social vigente.
 - 9.11.3.2. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a experiência na prestação de serviços, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
 - 9.11.3.3. A critério da Funpresp-Exe, as informações prestadas poderão ser objeto de diligências, podendo, no transcurso da licitação serem solicitados os respectivos contratos.
 - 9.11.3.4. Não serão aceitos atestados e contratos de empresas coligadas ou que pertençam a um mesmo grupo de empresas, no qual se insere a licitante, entendendo-se como tal aquelas que tenham sócios comuns.
 - 9.11.3.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
 - 9.11.3.6. Comprovação de possuir plataforma de atendimento compatível com as especificações do Termo de Referência, podendo ser admitida declaração no sentido de se comprometer a subcontratar a plataforma até o início da vigência do contrato.
- 9.11.4. Para a plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria, deve-se observar a lista de requisitos dispostos no item 69 do Termo de Referência, anexo I deste Edital.
- 9.11.5. Para a plataforma de Canal Externo de Denúncia, deve-se observar a lista de requisitos dispostos no item 69 do Termo de Referência, anexo I deste Edital. Adicionalmente, em caráter exclusivo para essa plataforma, o(s) atestado(s) deverá(ão) se referir aos serviços de atendimento multicanais para registro e gestão de denúncias, os quais incluem atendimento telefônico e por mídias eletrônicas.
- 9.11.6. No caso de apresentação de mais de um atestado, somente será habilitada a licitante que comprovar a execução de serviço compreendendo pelo menos 12 (doze) meses consecutivos.
- 9.11.7. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, obrigatoriamente:

9.11.7.1.a especificação do serviço;

9.11.7.2.a identificação da empresa Contratante (nome, CNPJ e endereço);

9.11.7.3.a identificação do signatário, assinatura e telefone do emissor do documento para contato, se necessário.

9.11.8. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.;

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a proposta, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo III deste Edital;

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.4. conter os dados da empresa e de seu representante legal, bem como telefone e e-mail para contato.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de cinco dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros ~~três~~ cinco dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme § 1º do art. 59, da Lei nº 13.303, de 2016.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.5. Após o recebimento da intenção de recorrer pelo sistema, a licitante deverá encaminhar o recurso ou contrarrazões pelo e-mail licitacao@funpresp.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Funpresp-Exe, disposto no rodapé deste Edital, no prazo estipulado no item 11.2.3.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

- 15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Fundação para a assinatura do Termo de Contrato, a Funpresp-Exe poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
- 15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Funpresp-Exe.
- 15.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 15.4. Previamente à contratação a Funpresp-Exe realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Fundação, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018
 - 15.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
 - 15.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Funpresp-Exe, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5. não mantiver a proposta;
- 20.1.6. cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

- 20.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Funpresp-Exe pelo prazo de até dois anos;
- 20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na Funpresp-Exe.
- 20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Funpresp-Exe resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente que deu causa público.
- 20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Funpresp-Exe poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Funpresp-Exe, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, nos termos do § 1º do art. 87, da Lei nº 13.303, de 2016.

- 21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@funpresp.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da Funpresp-Exe, disposto no rodapé deste Edital.
- 21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Funpresp-Exe.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Funpresp-Exe, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Funpresp-Exe não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Funpresp-Exe.
- 22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.funpresp.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da Funpresp-Exe, nos dias úteis, no horário comercial, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, cujo telefone para contato é (61) 2020-9792/ (61) 2020-9798.
- 22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 22.12.2. ANEXO II – Minutas de Termo de Contrato - Gestão de Demandas de Ouvidoria e Minuta de Termo de Contrato - Canal Externo de Denúncia
- 22.12.3. ANEXO III – Modelos de Proposta.

Brasília/DF, 16 de março de 2023.

João Batista de Jesus Santana
Pregoeiro



ANEXO I DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023
TERMO DE REFERÊNCIA

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO



TERMO DE REFERÊNCIA - TR

I – OBJETO

1. Contratação de serviços especializados em Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia, disponibilizados em plataforma de atendimento multicanais em nuvem (SaaS).

SERVIÇOS PRESTADOS POR MENSALIDADE			
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
1	Plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria	Mensalidade	1
RELATÓRIOS E LAUDOS			
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT
2	Plataforma de Canal Externo de Denúncia	Mensalidade	1

2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de natureza continuada, sem dedicação de mão de obra.
3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
4. A presente contratação poderá adotar como regime de execução a empreitada por preço global.
5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, adotando-se como parâmetro o tempo disciplinado no art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

II – JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

6. Esta licitação tem como objetivo contratar empresa(s) para implantação, manutenção e prestação de serviço Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia, disponibilizados em plataforma(s) de atendimento multicanais, por meio do uso de recursos modernos que

proporcionem ganhos de eficiência e fornecimento de indicadores parametrizáveis que auxiliem a Ouvidoria no assessoramento para decisões.

7. Desde a sua criação, a Contratante recebeu a adesão de mais de 100 mil servidores, oriundos de quase 200 patrocinadores, que se encontram localizados em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal. Para fazer face às necessidades de atendimento em segunda instância, referentes a solicitações, reclamações, sugestões e elogios, além de denúncias e comunicações de irregularidade remetidos por participantes, assistidos, beneficiários, patrocinadores, ex-participantes, servidores públicos, cidadãos e público interno, faz-se necessária a utilização de ferramentas modernas, seguras e parametrizadas com as boas práticas de Ouvidoria e de Compliance, como:

- a) serviço de gestão de demandas de Ouvidoria; e
- b) canal externo de denúncia.

8. Ademais, enquanto autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Ouvidoria tem por função acolher as solicitações de acesso à informação que sejam de competência da Contratante.

9. Cabe destacar que a Funpres-Exe possui nova perspectiva de crescimento e de oportunidades de mercado com a conversão da Medida Provisória nº 1.119/2022 na Lei nº 14.463/2022 – que reforçou o caráter privado da Fundação. Portanto, precisará expandir e modernizar ainda mais seus canais digitais, o que demandará a adoção dos serviços ora descritos. Tais tecnologias são modernas e intuitivas, e têm se tornado imprescindíveis para a comunicação eficiente e para a prevenção e detecção de desvios de conduta, otimizando a boa gestão da informação proveniente do atendimento dos participantes e demais públicos de interesse da Fundação. Adicionalmente, entre as vantagens de um serviço próprio de Ouvidoria e de um Canal Externo de Denúncia estão a ampliação da confiança na Contratante e a confidencialidade que sistemas deste tipo trazem, contribuindo para a cultura da integridade e para a gestão de riscos, em conformidade com as boas práticas de governança. Desta forma, a Fundação poderá fortalecer, acelerar e simplificar tarefas da Ouvidoria, com foco na experiência do participante e, por conseguinte, na sua imagem e reputação.

10. Além disso, o atual posicionamento estratégico da Fundação, com o novo ambiente concorrencial trazido pela Emenda Constitucional nº 103/2019, também demandará inovação, tempestividade e eficiência da área de Ouvidoria.

11. Tais serviços especializados de Ouvidoria também são essenciais para o cumprimento da Resolução CNPC nº 32/2019, da Norma de Ouvidoria, da Política de Comunicação e Divulgação de Informações e de Relacionamento com Participantes, Assistidos e Patrocinadores da Fundação, além de ser essencial para a educação financeira e previdenciária dos públicos da Fundação.

12. De acordo com a Matriz de Competências 2022, o papel da Ouvidoria é elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e tempestividade no atendimento de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias dos participantes, patrocinadores, integrantes da Contratante e da sociedade como um todo. As competências da OUVIR contribuem, entre outros fatores, para fortalecer a cultura de integridade e gestão de riscos, disseminar os valores de transparência, confiança e empatia, e construir a reputação da Contratante a partir da perspectiva de expressivo aumento no número de participantes e assistidos.

13. Cabe destacar também que, com o advento da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a demanda pela criação de uma estrutura de conformidade e integridade aumentou, pois os Programas de Integridade são atenuantes nos casos de sanções administrativas ou encaminhamentos judiciais derivados de atos de gestão tipificados na lei. Portanto, faz-se necessária a presente contratação de um Canal

Externo de Denúncia como medida para fortalecimento da governança e dos mecanismos de integridade e de combate à corrupção, servindo como uma importante ferramenta para identificar desvios de conduta que podem trazer prejuízos financeiros, além de riscos de reputação e de imagem.

14. Além disso, esse canal constitui-se como um importante mecanismo de prevenção de casos de corrupção, fraudes, assédios e outras condutas inadequadas, promovendo um ambiente organizacional mais saudável e reduzindo os altos custos operacionais que podem ser provocados por esses fatores.

15. Dessa forma, a solução de um Canal Externo de Denúncia, que se busca contratar, deverá oferecer ao possível denunciante um canal seguro, estruturado, sigiloso e consistente, características que objetivam transmitir o maior grau de confiabilidade possível ao agente, no intuito de estimular que a denúncia seja feita. Destarte, o canal a ser utilizado deverá demonstrar ser ético, estar disponível e ser isento de influências que porventura possam inibir a efetivação da denúncia.

16. Portanto, entre as principais vantagens de um serviço de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de um Canal Externo de Denúncia estão a simplificação de processos, a redução de risco de falha humana, o aprimoramento da experiência do participante e a manutenção e ampliação de mecanismos de confidencialidade, contribuindo para a cultura da integridade e para a gestão de riscos, em conformidade com as boas práticas de Ouvidoria no país.

17. A contratação de ambos serviços em tela necessariamente deverá ser multicanais (omnichannel), para permitir maior acessibilidade e melhor experiência do usuário. Com isso, será possível gerenciar com mais assertividade o histórico de atendimento de cada demandante e oferecer, assim, um atendimento personalizado, mais tempestivo e eficiente. Além disso, tal(is) modelo(s) de plataforma(s) deve(m) oferecer a automação de relatórios gerenciais estratégicos, que permitirão aferir a satisfação do público-alvo em todos os pontos de contato e de forma unificada, além de auxiliar no diagnóstico de gargalos e na tomada de decisões.

18. A disponibilização da(s) plataforma(s) em nuvem (SaaS) é outra necessidade, especialmente tendo em vista o cenário atual de realização de atividades laborais fora do ambiente presencial. A(s) plataforma(s) em nuvem permite rápida implantação e acesso de qualquer lugar conectado à internet ou rede interna, sem necessidade de instalação de softwares nos computadores, o que dará mais flexibilidade nas estratégias de gestão. Ademais, a contratação de empresa externa permitirá a utilização de equipes especializadas da própria fornecedora para implantação, treinamento, manutenção e suporte, dispensando a área de tecnologia da informação da Contratante dessas atividades.

19. Por fim, destacamos que a execução dos serviços de Ouvidoria é decorrência natural das funções legais atribuídas à Contratante, especialmente as que dizem respeito ao atendimento, em segunda instância, das demandas dos participantes, assistidos e patrocinadores, e ao seu direito de tomar conhecimento das ações relativas aos seus interesses no âmbito da Fundação.

20. A licitação para esta contratação será do tipo “menor preço”, via modalidade Pregão Eletrônico, segmentada em dois itens:

- a) serviço de gestão de demandas de Ouvidoria; e
- b) canal Externo de Denúncia.

21. Apesar de serem itens aparentemente interdependentes, as soluções de mercado analisadas demonstraram expertises distintas e qualidades específicas para o contexto da Contratante quando comparadas. Cabe destacar que o processo completo de recebimento e tratamento de denúncias requer procedimentos específicos em virtude da sua natureza, a qual se diferencia daqueles relacionados à gestão de demandas de Ouvidoria.

22. Portanto, o parcelamento da contratação em dois objetos não traria prejuízos ao conjunto dos objetos ou à estratégia de integração de atividades e fluxos para o funcionamento da Ouvidoria. Sendo assim, entende-se que o parcelamento do objeto é técnica e economicamente viável, não havendo perda de escala, além de proporcionar melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

23. Os serviços serão contratados mediante Pregão Eletrônico, por serem serviços comuns, prestados por empresas reconhecidas, tanto no mercado público quanto privado, e por oferecerem sistemas “de prateleira”, porém customizáveis de acordo com especificidades da Contratante. Desta forma, haverá a aplicação da Lei nº 13.303/2016.

24. A solução de Gestão de Demandas de Ouvidoria deve prever a integração e repositório do atendimento originado de todos os canais disponibilizados pela Ouvidoria até o momento da implantação, ou que venham a surgir. Além disso, deve proporcionar a gestão das interações de forma integrada e o envio de comunicações personalizadas e automáticas.

25. Sob tal perspectiva, a utilização dos serviços em plataforma(s) integrada(s) deverá promover a melhoria da performance de atendimento da Ouvidoria e, em última instância, da própria Funpresp-Exe, aprimorando os seguintes aspectos:

- Excelência no atendimento;
- Foco no público-alvo;
- Maior acessibilidade;
- Integração e compartilhamento informacional;
- Ganho de escala;
- Melhor aproveitamento dos recursos tecnológicos;
- Intenso controle de qualidade realizado diariamente;
- Mapeamento das principais demandas recorrentes;
- Formação de banco de dados;
- Índices de satisfação dos cidadãos atendidos em tempo real;
- Fortalecimento da imagem institucional, disponibilizando-se um serviço de alta qualidade e desempenho;
- Tomada de decisões fundamentadas em dados estatísticos e visão global do processo;
- Maior eficiência na solução dos problemas apresentados;
- Eliminação de esforços duplicados;
- Multiplicidade de canais de atendimento com alta tecnologia;
- Evolução das melhorias com a automação de procedimentos;
- Ampliação da comunicação da Ouvidoria com o participante e com a própria Fundação, agilizando a articulação de soluções junto aos gestores responsáveis pelos assuntos demandados;
- Facilitação da experiência do público ao se relacionar com a Ouvidoria, incentivando a aproximação e a confiança, e ampliando, em paralelo, a aderência às boas práticas em Ouvidoria;
- Autoatendimento e acompanhamento das demandas pelo usuário;
- Segurança no processo de recebimento, classificação, tramitação, encaminhamento e tratativa das manifestações, até a entrega final;
- Aperfeiçoamento da gestão da informação, com elaboração de relatórios gerenciais e estatísticos dinâmicos, para a criação de estratégias que melhorem processos, produtos e serviços da Contratante;

- Identificação de temas que merecem maior atenção na relação com o participante; e
- Consolidação de informações estratégicas para a alta administração, indicando-se áreas críticas da Fundação.

III – DESCRIÇÃO DAS SOLUÇÕES

26. Os serviços de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia compreendem, concomitantemente, o seguinte:

- Serviço de plataforma com atendimento multicanal em nuvem (multicanais receptivo e ativo, por e-mail/formulário eletrônico, e aplicativos de mensagem instantânea);
- Utilização de Interfaces de Programação de Aplicativo (APIs), para integração de outros aplicativos, definidos pela área de tecnologia da informação da Contratante;
- Registro de histórico de chamados já existente da Contratante por meio de transferência dos dados;
- Realização de pesquisa de satisfação do atendimento (NPS) em todos os pontos de contato;
- Envio de informações ao público-alvo por meio de interações ativas, por disparo manual e automático de e-mail;
- Disponibilização de formulário no portal da Contratante e em áreas exclusivas para clientes, incorporando a identidade visual da Contratante;
- Acessibilidade em libras;
- Utilização responsiva e de interface amigável, desenvolvida para ser intuitiva, fácil de usar e constantemente melhorada a cada atualização de versão;
- Permissão de registro e acompanhamento da manifestação pelo próprio manifestante, via internet;
- Controle de prazos e identificação de pendências, colocando-as em destaque e notificando automaticamente as áreas responsáveis;
- Níveis de acesso diferenciados por área;
- Instalação, hospedagem e segurança em data center sob responsabilidade da empresa Contratada(s), com tecnologia cloud computing;
- Protocolo de segurança HTTPS;
- Manutenção da integridade do banco de dados (backup diário) e monitoramento do sistema 24 horas por dia, sete dias por semana;
- Realização de treinamento para uso e configuração do sistema;
- Emissão e parametrização de relatórios gerenciais e estatísticos dinâmicos;
- Log de auditoria, com registro dos acessos e das alterações realizadas pelos usuários em todas as operações do sistema;
- Alteração das configurações e parametrizações básicas do sistema pela própria equipe da Ouvidoria;
- Tratamento especial para manifestações sigilosas; e
- Adesão à LGPD.

27. As ferramentas apresentadas devem estar em compliance com normas de privacidade e segurança dos dados, nas quais os titulares de dados pessoais que não autorizem o contato devem ser anonimizados, mediante diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº 13.709 de 2018, da Lei n. 12.965 de 2014 (“Marco Civil da Internet”), do Decreto nº 8.771 de 2016 (“Regulamento do Marco Civil da Internet”), bem como quaisquer outras leis ou normas relativas à proteção de dados pessoais.

28. As soluções também deverão prover:

- Consulta aos bancos de conhecimento ou materiais disponíveis;
- Transferência para outros níveis de atendimento;

- Consulta aos multiplicadores;
- Transferências para unidades organizacionais / áreas técnicas; e
- Quaisquer alternativas que poderão surgir mediante a solicitação da Contratante.

29. A adoção da divisibilidade de níveis de atendimento para as células do serviço obedecerá a critérios definidos exclusivamente pela Contratante, podendo ser aplicada ou não, de acordo com a complexidade dos serviços abordados.

30. As soluções deverão conter os seguintes aspectos de usabilidade:

- Possibilidade de importar e exportar contatos em planilhas;
- Tecnologia AntiSpam;
- Possibilidade de importar uma base de contatos de cerca de 150 mil destinatários;
- Número de recebimento e envio de e-mails ilimitado;
- Serviços de SMTP para envio de até 1 mil e-mails transacionais mensais;
- Informar dados para higienização da base de e-mails e otimização da entregabilidade;
- Endereço IP exclusivo;
- Personalização do layout, adaptável à identidade institucional da Contratante;
- Relatórios detalhados com informações sobre taxas de envio, de abertura, de erro, de cliques, de inscrições canceladas e de mapa de cliques;
- Relatório detalhado com informações sobre a data e abertura de e-mails de cada destinatário;
- Possibilidade de segmentar a base de contatos de acordo com as características de cada público, por exemplo gênero, tipo de participante e UF;
- Testes A/B;
- Editor de templates em formato HTML; e
- Acesso e configuração de plataforma omnichannel em nuvem (SaaS).

31. A Contratante prestará suporte e assistência técnica de tais recursos, cujos custos já deverão estar contemplados na proposta de preço.

32. A Contratada(s) deverá(ão) providenciar o treinamento dos empregados que manusearão o sistema informatizado, sem acréscimo de custos;

33. Quanto às especificidades do Canal Externo de Denúncia:

33.1. Além dos itens concomitantemente relacionados ao Serviço de Gestão de Demandas de Ouvidoria, o Canal Externo de Denúncia deverá apresentar, especificamente:

- Coleta, análise, compilação e fornecimento de dados e informações recebidas, com disponibilidade para os públicos interno e externo da Contratante;
- Recepção de denúncias por formulário web e atendimento telefônico;
- O serviço deve garantir a confidencialidade/sigilo da identidade do manifestante e das informações contidas na comunicação;
- As denúncias poderão ser identificadas ou anônimas, a critério do manifestante;
- Assegurar a não rastreabilidade do número do telefone, computador ou outro meio de contato que tenha sido utilizado para realizar denúncias;
- As informações das denúncias devem ser de acesso apenas das pessoas designadas pela Contratada e pela Contratante, as quais assinarão termos de confidencialidade;

- A ferramenta de gestão de denúncias deve impossibilitar apagar/editar/alterar denúncias; e
- Possibilidade de "anexar evidências" relacionadas ao relato e às investigações decorrentes.

33.2. O sistema deve permitir o acompanhamento do relato via web pelo manifestante, mesmo que anônimo, permitindo eventual troca de informações que se fizer necessária para melhor entendimento da denúncia e a comunicação do resultado do processo (feedback) ao manifestante.

33.3. A Contratada deverá dispor de equipes devidamente qualificadas para acompanhamento, revisão e perícia de relatos e de evidências.

33.4. A Contratada será responsável por dimensionar o tamanho e a qualificação dessas equipes, de acordo com previsão das necessidades da Contratante. Admite-se o compartilhamento de mão de obra da Contratada com outros clientes, em prol da razoabilidade e da proporcionalidade contratual.

33.5. A(s) Contratada comunicará aos manifestantes, tanto por atendimento telefônico quanto pelo portal web:

- a) As informações necessárias para viabilizar o registro de suas denúncias;
- b) Que o Canal de Denúncia da Contratante é dotado de independência, autonomia e imparcialidade, operando diretrizes de funcionamento definidas, com a adoção de políticas de confidencialidade para garantir o anonimato de seus usuários, além de promover, de forma tempestiva, as apurações e providências necessárias; e
- c) Que não haverá retaliação ao manifestante.

33.6. O prazo estipulado para a classificação, a priorização e o encaminhamento das denúncias por meio do sistema informatizado é de 02 (dois) dias úteis a partir do recebimento das mesmas.

33.7. As demandas de denúncia que porventura sejam reclassificadas como outro tipo de manifestação de Ouvidoria (ex.: reclamação, solicitação, sugestão) não serão contabilizadas nem cobradas como parte do atendimento de denúncias.

33.8. O serviço de atendimento deverá contemplar infraestrutura de tecnologia da informação que garanta integridade, segurança e continuidade das operações.

33.9. A Contratada obrigatoriamente deverá disponibilizar atendimento telefônico e e-mail para suporte técnico à Contratante, disponível em horário comercial.

33.10. O atendimento receptivo será realizado por meio de recepção de ligações originárias de todo o Brasil para o número disponibilizado pela Contratada.

33.11. O procedimento de tratamento de manifestações recebidas deverá descrever o tratamento a ser dado para a denúncia recebida, incluindo macro fluxo do processo desde o recebimento até o encerramento.

33.12. Os meios de contato disponíveis deverão compreender telefone (disponibilização de 0800 exclusivo), correspondência eletrônica (formulário e e-mail) e página na internet, em português e inglês, ou outros meios que venham a ser indicados pela Contratante.

33.13. O recebimento de denúncia via atendimento telefônico será realizado pela Contratada em dias e horários comerciais. Fora desse intervalo, a Contratada deverá disponibilizar mensagem automática, com texto a ser aprovado pela Contratante, informando os dias e horários de atendimento, bem

como quais são os demais canais da Contratante para recebimento de denúncia, entre outras informações necessárias.

33.14. Em relação ao dimensionamento da demanda, a Contratada prevê, potencialmente, o atendimento e o tratamento de no mínimo 05 (cinco) denúncias por mês, em virtude da expectativa de crescimento no número de participantes e de assistidos dos seus planos de previdência complementar.

33.15. A identidade do usuário não deve ser exigida como condição para receber o relato (a menos que o usuário queira se identificar).

33.16. O protocolo de Internet do relatório não será rastreado.

33.17. A Contratada deverá respeitar o fluxograma a ser fornecido como parte integrante do serviço a ser prestado, que determinará quem será o responsável pelo recebimento e direcionamento das denúncias para apreciação, a depender da natureza e conteúdo das denúncias recebidas, bem como pelo nível hierárquico do denunciado.

33.18. A proteção de dados e sua retenção, a transferência de relatórios e disponibilização do canal a empregados e sociedade em geral (terceiros) deverão atender à legislação vigente.

33.19. A Contratada deverá disponibilizar sistema informatizado específico, capaz de gerar relatórios online periódicos (mensais) para a Ouvidoria, contendo o detalhamento do número de denúncias (e outros tipos de manifestações) recebidas no intuito de conferir maior transparência no acompanhamento do tratamento e sua eficácia no que tange ao quantitativo recebido, ao encaminhado para apuração, prazos e alertas de prazos para apuração e resolução de denúncias.

33.20. As informações registradas no canal de denúncias deverão ser mantidas disponíveis para consulta por prazo indeterminado ou de, no mínimo, 60 (sessenta) meses. Finda a prestação dos serviços, o backup do banco de dados deverá ser disponibilizado à Contratante.

33.21. A data para o canal de denúncias entrar em operação, pronto para o recebimento de denúncias, será acordado pelas partes, tendo como limite o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do contrato.

33.22. O prazo para o envio do Relatório Mensal à Contratante descrevendo, detalhadamente, os serviços prestados, será até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente.

33.23. Além do estabelecido nos dispositivos anteriores, a Contratada deverá executar os serviços na forma abaixo elencada:

- a) Toda denúncia capturada deverá gerar um protocolo e senha para que o denunciante possa acompanhar o tratamento de sua denúncia;
- b) As manifestações que não se enquadrarem como denúncia deverão receber orientação para que o seu manifestante a redirecione adequadamente;
- c) Fornecimento do sistema a ser utilizado no gerenciamento de denúncias e criação de perfis de acesso diferenciado com mecanismos de segregação de função de atuação e acesso para pessoas previamente definidas pela Contratante, visando garantir o escalonamento das denúncias sem conflitos de interesses, sempre em conformidade com as políticas da Contratante e mediante supervisão da Ouvidoria; e
- d) A classificação e a sugestão de priorização para encaminhamento das denúncias recebidas deverão considerar as matrizes fornecidas pela Contratante e, ainda, a legislação pertinente.

33.24. Todo o material capturado pertence à Contratante, incluindo, mas não se limitando, à base dados, aos relatórios gerados, denúncias recebidas e tudo mais que se relacione à Contratante;

33.25. Além disso, por questões de segurança:

- As soluções deverão oferecer segurança do ambiente de TI (Certificação ISO 27001);
- Criptografia do arquivos mantidos nos computadores utilizados para a elaboração de relatórios;
- Toda a comunicação deverá ser feita de forma criptografada e por certificado digital válido;
- Todo acesso, tratamento de manifestações e de denúncias, bem como criação de protocolos de atendimento deverá ser registrado e preservado (confidencialidade, integridade e disponibilidade) para fins de auditoria;
- O banco de dados deverá ser criptografado e acessível somente pela aplicação; e
- Realização de back up diário do sistema e das suas informações.

33.26. A Contratada deverá firmar termo de confidencialidade, por seus administradores, empregados, prepostos e contratados, obrigando-se a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação da empresa e empregados a que tenham acesso, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, inclusive após o término da prestação dos serviços e/ou término da relação contratual.

IV – REQUISITOS TECNOLÓGICOS

34. Da interface do usuário com as plataformas de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia:

34.1. A plataforma deverá exibir campos de login e senha na interface de acesso e permitir acesso à solução e aos dados e informações somente após validação e autenticação de login e senha.

34.2. Os usuários do sistema devem ser autenticados por login e senha de acesso.

34.3. A solução deverá operar com o idioma português do Brasil.

34.4. A documentação de operação dos módulos deverá ser disponibilizada em idioma português do Brasil.

34.5. A solução deve manter a compatibilidade com os navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox, Safari e Microsoft Edge, em suas últimas versões.

34.6. O sistema deverá possuir funções de ajuda online para orientar o usuário nos casos de dúvidas na utilização/navegação do sistema, ou dispor de manual online próprio.

34.7. A solução deverá possuir mecanismos de proteção contra ocorrências danosas decorrentes de erro do usuário, tais como consistência de valores de entrada, regras de validação e integridade referencial.

35. Da segurança/infraestrutura das plataformas de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia:

35.1. Os usuários devem ser autenticados unicamente em todo o sistema por senha, e as mesmas devem ser armazenadas de forma criptografada.

- 35.2. Deverá haver gestão dos níveis de acesso (perfis), bem como a possibilidade de segregação de funções diversas por grupo e por usuários, possibilitando o controle das permissões em nível de tela e de funcionalidade (regime de alçadas).
- 35.3. Deverá haver um usuário administrador para a Contratante, que permita as seguintes funcionalidades: criação de diversos tipos de usuários, atribuição de senhas e tarefas, restrições ao acesso e à visualização.
- 35.4. A solução deve prover um mecanismo contra negação de serviço (DOS/DDOS).
- 35.5. A(s) Contratada(s) deverá(ão) apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, relatórios de análise de vulnerabilidade do ambiente host (nuvem) e do sistema de auditoria.
- 35.6. A solução deve registrar a tentativa de acessos não autorizados. Os registros de acesso não autorizados à solução contratada poderão ser solicitados pela Contratante a qualquer momento e periodicidade que julgar necessário, devendo a(s) Contratada(s) captar(em) e manter(em) estes registros atualizados.
- 35.7. A solução contratada deverá permitir desconexão automática com consequente destruição da sessão do usuário após determinado período. O período para realização desta desconexão automática deverá ser configurável pelo gestor da solução.
- 35.8. A(s) Contratada(s) garantirá(ão) que os dados e configurações do ambiente de software utilizados pela solução contratada estarão virtualmente isolados dos demais clientes atendidos pelo hospedeiro da mesma solução ou de outras soluções nele hospedadas.
- 35.9. A(s) Contratada(s) deverá(ão) comprovar documentalmente que o ambiente hospedeiro da solução contratada possui controle de vírus e ameaças instalado e operativo.
- 35.10. Será resguardado o sigilo das informações, documentos e bancos de dados da Contratante, ficando a cargo da(s) Contratada(s) a adoção de todas as providências necessárias para esse fim em observância às leis de proteção de dados pessoais.
- 35.11. O termo de confidencialidade deverá conter cláusulas específicas sobre responsabilização e sigilo das informações.
- 35.12. Deve também ser expresso claramente, no termo de confidencialidade, a penalidade caso sejam divulgadas informações confidenciais, mesmo após o término do contrato.
- 35.13. Toda informação deverá ser tratada e disponibilizada para a fonte requisitante, não cabendo divulgação ou mesmo apontamentos em qualquer meio de anotação que propicie exposição de informação alheia e reutilização danosa.
- 35.14. Todas as informações geradas e armazenadas referentes aos atendimentos prestados serão de propriedade exclusiva da Contratante, não podendo a(s) Contratada(s), em nenhuma hipótese, utilizá-las ou divulgá-las, para qualquer finalidade, sem prévia autorização formalizada pela Contratante.
- 35.15. Além dos itens de segurança listados acima, a Contratante poderá solicitar outras medidas que julgar pertinentes visando aumentar a segurança das informações na Ouvidoria.
- 35.16. A Contratante poderá realizar ação de verificação da segurança das informações na(s) plataforma(s) periodicamente, com o objetivo de verificar o atendimento das exigências citadas.

36. Do backup e disponibilidade das plataformas de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia:

36.1. A(s) Contratada(s) deverá(ão) possuir política de backup de alta disponibilidade, com cópias disponíveis tanto em disco, para restauração mais ágil, quanto em fitas, para garantir cópia em outro dispositivo e posterior armazenamento em uma localidade “off site”.

36.2. Disponibilidade de link de no mínimo 99,6% (noventa e nove vírgula seis por cento) e da solução em 98,5% (noventa e oito vírgula cinco por cento) em razão das eventuais mudanças programadas.

36.3. Enviar backup de todo ambiente à(s) Contratada(s) sempre que solicitado. Caso a solução armazene arquivos de imagens, vídeos, documentos, fora do Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD), esses arquivos deverão ser encaminhados em mídia adequada.

36.4. O ambiente de hospedagem da solução deverá ser no Brasil, assim como deverá haver replicação dos dados em ambientes dentro dessa mesma região.

36.5. A(s) Contratada(s) deverá(ão) apresentar, sempre que solicitado, o plano de disaster recovery, contendo minimamente:

- Como o plano é ativado;
- As pessoas responsáveis por ativar o plano;
- O procedimento que essa pessoa deve adotar ao tomar esta decisão;
- As pessoas que devem ser consultadas antes desta decisão ser tomada;
- As pessoas que devem ser informadas quando a decisão for tomada;
- Quem vai para onde e quando;
- Quais serviços estão disponíveis, onde e quando, incluindo como a organização mobilizará seus recursos externos e de terceiros;
- Como e quando esta informação será comunicada;
- Procedimentos detalhados para soluções manuais, recuperação dos sistemas e dos serviços;
- Fluxo das atividades e ações a serem tomadas antes e durante a ativação do plano; e
- Análise de riscos e ações de mitigação.

37. Da descontinuidade dos serviços de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia:

37.1. No caso de descontinuidade dos serviços, a(s) Contratada(s) se obriga(m) ao seguinte:

- a) Migração, no período de até 30 (trinta) dias do término efetivo do contrato, das licenças e dados para a Contratante;
- b) Realizar a migração das bases de dados em formato e local definidos pela Contratante;
- c) Disponibilizar as bases de dados em banco de dados consagrados no mercado, tais como MYSQL, PostgreSQL ou SQLServer;
- d) Exclusão dos dados; e
- e) Após a migração dos dados, a(s) Contratada(s) se obriga(m) a excluir todas as informações/dados vinculados à solução contratada de seu ambiente.

37.2. O descarte de informações deve ser realizado de acordo com norma ISO vigente.

38. Do desempenho das plataformas de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia:
- 38.1. Em transações online com o usuário, em uma mesma tela, o tempo de resposta deverá ser inferior a 1 segundo.
- 38.2. Em transações online com o usuário, entre telas, o tempo de resposta deverá ser inferior a 2 segundos.
39. Da arquitetura das plataformas de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia:
- 39.1. Não deverá necessitar de nenhum runtime, plugin ou componente pago separadamente.
- 39.2. Deve ser integrável com o portal, o servidor de e-mails e demais sistemas da Contratante, seja por importação/exportação de arquivos e dados em layout e pré-definido, ou por meio da utilização de Web Services.
- 39.3. As importações de dados devem ser efetuadas a partir dos seguintes formatos: TXT, XLS e CSV.
- 39.4. Realizar integrações aos serviços de correio eletrônico da Contratante.
- 39.5. Não será aceita aplicação com arquitetura do tipo “cliente x servidor”.
- 39.6. O sistema deverá ser funcional de forma independente do sistema operacional em uso, ou seja, deverá funcionar tanto em estações de trabalho Linux ou Windows, sem a necessidade de qualquer tipo de plataforma de compatibilidade.
40. Da rastreabilidade das plataformas de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia:
- 40.1. A solução contratada deverá possuir registros lógicos com gravações de logs e trilhas de auditoria realizadas pelos usuários no sistema, armazenando as informações de, pelo menos, identificação do usuário, data, hora, conteúdo anterior das alterações, durante o período de vigência do contrato.
- 40.2. A solução contratada deverá possuir auditoria com consultas dos registros de log e trilhas de auditoria para usuários com perfil de auditoria.
- 40.3. Os registros de acesso físico ao local de hospedagem da solução contratada poderão ser solicitados pela Contratante, em qualquer periodicidade que julgar necessário, devendo a(s) Contratada(s) captar(em) e manter(em) estes registros atualizados.
- 40.4. Os registros de acesso lógico da solução contratada poderão ser solicitados pela Contratante a qualquer momento e em qualquer periodicidade que julgar necessário, devendo a(s) Contratada(s) captar(em) e manter(em) estes registros atualizados. A solução deverá realizar o registro de data, hora e identificação dos usuários das ações executadas no software.
- 40.5. A solução deverá realizar exclusão de acesso de usuário de forma somente lógica e não física, sendo mantidos os registros históricos de acesso dos usuários suspensos ou excluídos.
41. Da licença das plataformas de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia:

41.1. Todos os custos com licenças, softwares, aplicativos e qualquer item tecnológico que envolva a entrega do serviço e informações do objeto contratado correrão por conta da(s) Contratada(s), sendo ela(s) a(s) única(s) responsável(is) pelas obrigações financeiras, fiscais e de custeio de qualquer ordem.

42. Dos requisitos não-funcionais das plataformas de Gestão de Demandas de Ouvidoria e de Canal Externo de Denúncia:

42.1. Os serviços serão executados pela(s) Contratada(s), nas suas instalações e utilizando-se de infraestrutura de equipamentos próprios, adequados para manter a integridade e disponibilidade dos processos necessários à execução total dos serviços contratados;

42.2. Todos os custos com licenças, softwares, aplicativos, custos com domínio e hospedagem de site e qualquer item tecnológico que envolva a entrega do serviço e informações relativos ao objeto contratado correrão por conta da(s) Contratada(s), sendo ela(s) a(s) única(s) responsável(is) pelas obrigações financeiras, fiscais e de custeio de qualquer ordem.

42.3. A(s) Contratada(s) deverá(ão) fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, documentação que comprove a adoção e execução de políticas e procedimentos de execução, retenção e recuperação de backup, dos dados e informações da Contratante que estejam em seus sistemas.

42.4. A(s) Contratada(s) deverá(ão) fornecer, sempre que solicitado pela Contratante e observados critérios de segurança, cópia dos dados e informações da Contratante armazenados em seus sistemas, a ser entregue em mídia física (ex.: DVD), diretamente no endereço da Contratante, ou em nuvem com os dados criptografados por solicitação da Contratante.

42.5. A(s) Contratada(s) deverá(ão) garantir disponibilidade das informações relativas aos serviços prestados no objeto do contrato, de modo a não causar impacto nas atividades da Contratante.

V – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE RESPONSABILIDADE DA(S) CONTRATADA(S)

43. Da verificação da plataforma multicanais IP, tanto para o serviço de Gestão de Demandas de Ouvidoria quanto para o Canal Externo de Denúncia:

43.1. A(s) Contratada(s) deverá(ão) apresentar os seguintes documentos complementares:

- a) Representação gráfica da topologia da plataforma;
- b) Especificações técnicas detalhadas de todos os equipamentos componentes da plataforma multicanais; e
- c) Manuais de operação da plataforma multicanais.

43.2. A Contratante avaliará a documentação apresentada e poderá pedir mais informações, caso julgue que a documentação não seja suficiente para o completo entendimento do funcionamento da plataforma.

- 43.3. Os documentos técnicos e manuais deverão ser apresentados em língua portuguesa do Brasil.
- 43.4. A apresentação dos documentos técnicos ou manuais poderá ser suprida pela indicação de links que os contenham.
- 43.5. A solução ofertada deverá atender a todas as funcionalidades exigidas neste Termo de Referência.
- 43.6. Antes da entrada em operação, a Contratante poderá solicitar a demonstração prática de quaisquer das funcionalidades da plataforma.
- 43.7. Após a solução ser homologada tecnicamente pela equipe da Contratante, a Ouvidoria entrará em operação conforme as especificações exigidas no Edital.
- 43.8. A homologação de que trata o subitem 43.7 acima não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) Contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.
44. Módulo de relatórios desempenho web para o serviço de Gestão de Demandas de Ouvidoria e para o Canal Externo de Denúncia:
- 44.1. No processo de implantação, os relatórios deverão ser customizados de acordo com as necessidades técnicas operacionais da Contratante ou validados no caso de já existirem pré-formatados.
- 44.2. A empresa deverá manter backup com depósito de todas as informações do atendimento da Ouvidoria. Este servidor será acessado para construção da base de dados da Ouvidoria.
- 44.3. O sistema proposto deverá fornecer um conjunto de relatórios estatísticos online e histórico via web sobre o desempenho da Ouvidoria.
- 44.4. O sistema deverá fornecer relatórios específicos por serviço, por ocorrências, por duração de chamadas, por operador, relatórios estatísticos de utilização dos serviços diário, semanal e mensal, média de atendimento e em intervalos pré-definidos, conforme critérios definidos pela Contratante, durante o processo de implantação.
- 44.5. Os relatórios com resumos diários, semanais e mensais devem permanecer armazenados por 12 meses, sendo de responsabilidade da Contratante dimensionar o sistema de armazenamento.
- 44.6. O sistema proposto deverá ter interface gráfica, apresentando variedade de gráficos.
- 44.7. O módulo de relatórios deverá ser acessado via web.
- 44.8. A geração de Relatórios Estatísticos do Sistema deverá ter no mínimo os seguintes relatórios:
- Total de manifestações por classificação de natureza;
 - Total de manifestações por classificação de assunto;
 - Tempo total de reposta geral por área técnica;
 - Tempo médio de resposta geral por área técnica;
 - Total de manifestações por canal de origem;
 - Total de manifestações por status de procedência;
 - Total de manifestações por assunto;

- Total de manifestações cruzadas por status de procedência por classificação de natureza;
- Total de manifestações cruzadas por status de procedência por classificação de natureza por assunto;
- Total de demandas resolvidas em 1º nível de atendimento; e
- Total de demandas resolvidas em 2º nível de atendimento.

VI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DAS PLATAFORMAS DE GESTÃO DE DEMANDAS DE OUVIDORIA E DO CANAL EXTERNO DE DENÚNCIA

45. A(s) Contratada(s) deverá(ão) dispor de soluções informatizadas, com interface totalmente web, voltadas à operação e gestão de todos os atendimentos realizados para Gestão de Demandas de Ouvidoria e para Canal Externo de Denúncia.
46. As soluções deverão estar acessíveis às equipes da Contratante que irão interagir com a Ouvidoria.
47. Para interação das áreas técnicas com a Ouvidoria, o dimensionamento da quantidade de licenças de usuário concorrentes a serem utilizadas é de responsabilidade da(s) Contratada(s) e deve ser de no mínimo 100 (cem).
48. A(s) Contratada(s) poderá(ão) oferecer soluções baseadas em utilização de login e senha temporária para acesso à manifestação encaminhada, para interação entre Ouvidoria e as áreas técnicas da Contratante, substituindo a necessidade do número mínimo de 100 (cem) licenças, relacionado a licenças de usuário, porém mantendo minimamente 03 (três) licenças de usuário para utilização da Ouvidoria.
49. Cada usuário deverá ter uma senha e login para acesso, possibilitando a realização de análises pessoais e o mapeamento de atendimentos.
50. O sistema deverá ter cadastradas todas as manifestações/chamados da Ouvidoria, possibilitando a rápida recuperação de seu histórico, bem como ter sua operação focada neste relacionamento com o usuário.
51. Para fins de controle de prazos e notificações, as soluções deverão possuir estrutura de “workflow” e “follow-up”, que permita o acompanhamento em tempo real e o envio de mensagens por e-mail às áreas técnicas quando da aproximação ou do vencimento de prazos de atendimentos.
52. As soluções a serem disponibilizadas pela(s) Contratada(s) deverá(ão) atender, no mínimo, aos requisitos e características técnicas a seguir:
- a) Possuir manuais e help de utilização em português e atualizados;
 - b) Registrar todo o ciclo da manifestação desde sua abertura pelo usuário até o seu fechamento;
 - c) Possibilitar o cadastramento e encaminhamento on-line das manifestações não solucionadas em 1º nível de atendimento;
 - d) Possuir base de dados implementada em Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) padrão SQL;
 - e) Possuir interface gráfica, com recursos de associação de objetos do tipo texto, imagem, vídeo, áudio e outros aos chamados;
 - f) Permitir o encaminhamento/escalonamento dos chamados para a área técnica, conforme o assunto, ou para um grupo de trabalho responsável;

- g) Permitir o envio de mensagens por e-mail à área técnica responsável pelo atendimento com o link para acesso à(s) plataforma(s), quando do encaminhamento/escalonamento do chamado;
- h) Permitir a parametrização e customização de indicadores de níveis serviços (SLA's) de acordo com as especificidades dos usuários, das áreas técnicas da Contratante e do assunto, determinando-se de forma automática os prazos previstos para cada chamado;
- i) Possibilitar a criação de relatórios gerenciais dinâmicos;
- j) Permitir a classificação de perfis de acesso;
- k) Permitir a definição de níveis de prioridades diferentes para usuários específicos, grupos de usuários, localidades etc.;
- l) Possuir base de conhecimento integrada, acessível por meio da web, com possibilidade de inserção de procedimentos de resolução de problemas e de figuras ilustrativas, bem como apresentando os scripts de atendimento de acordo com os assuntos pesquisados;
- m) Apresentar o histórico de todas as perguntas/solicitações e respostas para cada chamado aberto;
- n) Permitir operar em ambiente web, possibilitando ao demandante o acompanhamento de sua solicitação;
- o) Gerar um número único para cada atendimento, que deverá ser informado ao demandante, possibilitando o acompanhamento por autoatendimento, por meio da web;
- p) Possibilitar a verificação da abertura de mais de um chamado para o mesmo usuário, evitando-se, assim, a criação de chamados em duplicidade;
- q) Permitir o controle do fluxo de trabalho (workflow) dos chamados/solicitações;
- r) Permitir pesquisa online de satisfação dos usuários;
- s) Registrar as reiteraões de chamados, criando um vínculo com a abertura do chamado original, assim como gerar automaticamente e-mails de alerta, quando da reiteração;
- t) Enviar automaticamente, na abertura do chamado, e-mail para o usuário com os detalhes de sua solicitação, assim como no encerramento do mesmo;
- u) Possuir controle proativo e consolidado de indicadores de níveis de serviço, notificando por e-mail os responsáveis em situações pré-definidas, bem como apresentar relatórios periódicos de desempenho das equipes; e
- v) Permitir anexar arquivos (doc/jpg/pdf/xls etc) aos chamados.

VII – PREÇO

53. No preço proposto pelas empresas concorrentes no certame já deverão estar computados todos os custos acessórios para seu normal adimplemento, sejam eles impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, manutenção e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

VIII – RESPONSABILIDADES

54. O processo logístico de licitação deverá envolver ações conjuntas ou complementares entre a(s) Contratada(s) e a Contratante, conforme o Quadro de Responsabilidades apresentado a seguir:

Fases	Responsáveis
Elaboração e condução do processo licitatório	Pregoeiro da Funpresp-Exe
Julgamento das propostas e Adjudicação/Homologação	Funpresp-Exe – Pregoeiro/ Diretoria de Administração
Assinatura do Contrato	Funpresp-Exe – Presidente/Diretoria de Administração/Contratada
Aceites e pagamentos	Funpresp-Exe – Gerência de Patrimônio e Logística/Gestor do Contrato
Aplicação de penalidades	Funpresp-Exe – Gerência de Patrimônio e Logística/Gestor do Contrato

IX – VIGÊNCIA DO CONTRATO

55. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, adotando-se como parâmetro o tempo disciplinado no art. 71 da Lei nº 13.303/2016, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) a Contratante mantenha interesse na realização do serviço;
- c) o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Contratante; e
- d) a(s) Contratada(s) manifeste(m) expressamente interesse na prorrogação.

56. Os serviços contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da Contratante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

57. Os serviços contratados poderão ser executados de forma contínua e indireta, sob o regime de empreitada por preço global, de acordo com as necessidades da Contratante.

58. A(s) Contratada(s) não tem(êm) direito subjetivo à prorrogação contratual.

59. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.
60. O efetivo início de operação dos serviços de Gestão de Demandas de Ouvidoria e do Canal Externo de Denúncia será devidamente registrado em ata específica, a qual fará parte integrante do contrato, e será assinada por representantes da Contratante e da(s) Contratada(s).
61. O prazo para implantação dos serviços será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato, considerando o cronograma abaixo:
- a) apresentação da topologia da(s) plataforma(s) e da interligação da rede, bem como especificações técnicas detalhadas de todos os equipamentos componentes da plataforma multicanais e manuais de operação da plataforma multicanais: 05 (cinco) dias contados da assinatura do contrato;
 - b) Disponibilização para teste e vistoria pela Contratante: 10 (dias) dias antes da data prevista para o início da operação; e
 - c) Treinamento de utilização da plataforma.
62. Os testes das funcionalidades serão realizados em ambiente distinto e isolado dos ambientes de homologação e produção, de forma a assegurar a correta implantação do sistema. Os colaboradores indicados pela Contratante deverão realizar todos os testes necessários de verificação do serviço e da ferramenta disponibilizada, dentre eles requisitos técnicos e funcionais, simulação de atendimento, geração de status de protocolos, encerramento, cancelamento, arquivamento, extração de indicadores e relatórios etc.
63. A(s) Contratada(s) deverá(ão) propiciar a realização de treinamento online na utilização dos sistemas, para a equipe indicada pela Contratante, de até 20 (vinte) participantes, com fornecimento de material didático, possibilidade de esclarecimento de dúvidas, bem como emitir certificado/declaração de participação no treinamento (ou documento equivalente).
64. A(s) Contratada(s) deverá(ão) realizar o treinamento após a assinatura do contrato e antes da disponibilização dos serviços para o público.

X – NÍVEIS DE SERVIÇO

65. Com relação à plataforma multicanais de sistema de gestão de demandas de Ouvidoria e Canal Externo de Denúncias e os respectivos produtos que dela se esperam, fixamos os seguintes níveis de serviço, cujo não atendimento sujeita a(s) Contratada(s) à aplicação do desconto proporcional ao faturamento mensal nos percentuais abaixo indicados:

Níveis de serviço relacionados à infraestrutura tecnologia				
ITEM	SLA – HORAS	INÍCIO DO PRAZO	PERCENTUAL DE DESCONTO	OBSERVAÇÃO

Inclusão de novo código de registro do atendimento para utilização pelo operador	36	A partir da solicitação feita por representante da Funpresp-Exe	0,03% por dia de atraso	
Alteração ou inclusão de relatório de indicadores	36	A partir da solicitação feita por representante da Funpresp-Exe	0,03% por dia de atraso	Funpresp-Exe enviará as definições necessárias
Restauração e disponibilização para a Funpresp-Exe de informações armazenadas	36	A partir da solicitação feita por representante da Funpresp-Exe	0,03% por dia de atraso	
Respostas de suporte técnico para resolução de falhas técnicas	36	A partir da solicitação feita por representante da Funpresp-Exe	0,03% por dia de atraso	

XI – CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

66. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

67. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

68. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da(s) Contratada(s) e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

XII – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

69. Busca-se a contratação de empresa(s) idônea(s), com a experiência necessária para executar um ou ambos objetos, a saber: plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria e plataforma de Canal Externo de Denúncia. Neste contexto, para ambas plataformas será exigida a comprovação do atendimento das seguintes exigências inerentes à qualificação técnica:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por empresa(s) pública(s) ou privada(s), compatível em características, quantidades e prazos com os objetos da licitação.

b) O(s) atestado(s) deverá(ão) se referir aos serviços de atendimento multicanais para registro e gestão de manifestações recebidas por mídias eletrônicas, observando-se o seguinte:

I - Os atestados de capacidade sistêmica-técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificada no contrato social vigente;

II - Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a experiência na prestação de serviços, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

III - O(s) atestado(s) deverá(ão) ser encaminhados juntamente com os respectivos contratos, que, a critério da Funpresp-Exe, poderão ser objeto de diligências para atestar a veracidade das informações prestadas;

IV - Não serão aceitos atestados e contratos de empresas coligadas ou que pertençam a um mesmo grupo de empresas, no qual se insere a licitante, entendendo-se como tal aquelas que tenham sócios comuns;

V - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior; e

VI - Comprovação de possuir plataforma de atendimento compatível com as especificações do Termo de Referência.

70. Para a plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria, deve-se observar a lista de requisitos dispostos no item 69.

71. Para a plataforma de Canal Externo de Denúncia, deve-se observar a lista de requisitos dispostos no item 69. Adicionalmente, em caráter exclusivo para essa plataforma, o(s) atestado(s) deverá(ão) se referir aos serviços de atendimento multicanais para registro e gestão de denúncias, os quais incluem atendimento telefônico e por mídias eletrônicas.

XIII – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

72. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado.
73. Proporcionar à(s) Contratada(s) todas as condições necessárias para a perfeita execução dos serviços.
74. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como notificar a(s) Contratada(s), fixando prazo para a sua correção.
75. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações.
76. Atestar a nota fiscal/fatura correspondente, após realizar rigorosa conferência das características dos serviços.
77. Providenciar o pagamento mensalmente, no preço e nas condições pactuadas, sobre os quantitativos efetivamente executados, tomando por base os valores unitários cotados na proposta da(s) Contratada(s).
78. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela(s) Contratada(s), de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
79. Notificar a(s) Contratada(s), por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
80. Aplicar à(s) Contratada(s) as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando cabíveis.
81. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela(s) Contratada(s).
82. Não praticar atos de ingerência na administração da(s) Contratada(s), tais como:
- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da(s) Contratada(s), devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na(s) Contratada(s); e
 - c) considerar os trabalhadores da(s) Contratada(s) como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

XIV – OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)

83. Executar os serviços conforme especificações, prazos e condições deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
84. Conhecer e aplicar na prestação dos serviços a legislação vigente que trata da matéria.
85. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
86. Atender prontamente as reclamações da Funpresp-Exe, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações que se fizerem necessárias.

87. Comunicar, imediatamente, e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela Funpresp-Exe.
88. Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Funpresp-Exe.
89. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Funpresp-Exe.
90. Indicar, formalmente, preposto para interlocução com a Funpresp-Exe, que será a pessoa de contato entre a(s) Contratada(s) e a Contratante.
91. Substituir qualquer empregado que não esteja executando os serviços a contento, ou que, a juízo da Funpresp-Exe, não esteja se portando de forma adequada, devido à conduta prejudicial ou inconveniente, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.
92. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.
93. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Funpresp-Exe ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo fiscal do contrato, ficando a Funpresp-Exe autorizada a descontar dos pagamentos devidos à(s) Contratada(s) o valor correspondente aos danos sofridos.
94. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades executadas sem prévia autorização da Funpresp-Exe.
95. Cientificar o fiscal do contrato, imediatamente e por escrito, a respeito de qualquer anormalidade ou irregularidade verificada na execução dos serviços.
96. Efetuar as anotações e registros de responsabilidade técnica dos serviços prestados, junto aos respectivos órgãos de classes.
97. Manter o sigilo e a confidencialidade acerca das informações obtidas, em decorrência do cumprimento do contrato.
98. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
99. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
100. Fornecer, sempre que solicitado, documentação que comprove a adoção e execução de políticas e procedimentos de execução, retenção e recuperação de “backup”, dos dados e informações da Funpresp-Exe, que estejam em seus sistemas.
101. Fornecer, sempre que solicitado, cópia dos dados e informações da Funpresp-Exe armazenados em seus sistemas, a ser disponibilizado para “download” ou, na impossibilidade, entregue em mídia física, diretamente no endereço da(s) Contratada(s).
102. Fornecer, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do encerramento do contrato, base de dados em formato que possibilite e viabilize a transição da prestação dos serviços para o fornecedor que venha a ser contratado pela Funpresp-Exe, bem como prestar o apoio necessário para efetivar a transição.

103. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

104. Tratar dos dados gerados no processo de execução dos serviços conforme as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), nº 13.709 de 2018, da Lei n. 12.965 de 2014 ("Marco Civil da Internet"), do Decreto nº 8.771 de 2016 ("Regulamento do Marco Civil da Internet"), bem como quaisquer outras leis ou normas relativas à proteção de dados pessoais.

105. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Funpresp-Exe deverá comunicar a(s) Contratada(s) para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

XV – SUBCONTRATAÇÃO

106. Não será permitida a subcontratação integral ou parcial do objeto.

XVI – ALTERAÇÃO SUBJETIVA

107. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da(s) Contratada(s) com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato.

XVII – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

108. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à Gerência de Patrimônio e Logística (GELOG) para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.

109. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

110. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela(s) Contratada(s) ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

111. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

112. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar qualquer desconformidade às boas práticas de Ouvidoria, do tratamento de denúncias e da proteção ao sigilo e anonimato do cliente manifestante, devendo intervir para requerer à(s) Contratada(s) a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

113. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

114. Caso se observe alguma pendência no sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), a(s) Contratada(s) deverá(ão) apresentar os documentos a seguir relacionados, que são exigências padrão de regularidade fiscal da(s) Contratada(s) para a execução do contrato e dos pagamentos, juntamente com a nota fiscal/fatura, para conferência e posterior ateste:

a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais; e
- f) Regularidade Trabalhista, constatada através de consulta ao site da Justiça do Trabalho (TST).

115. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) Contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

116. À Funpres-Exe será reservado o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Edital, devendo a(s) Contratada(s) refazer(em) os serviços rejeitados sem ônus adicionais.

117. As atividades de acompanhamento e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

118. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

119. As disposições previstas neste tópico não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

XVIII – RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS OBJETOS

120. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

121. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a(s) Contratada(s) deverá(ão) entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

122. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato após a entrega da documentação acima.

123. A(s) Contratada(s) fica(m) obrigada(s) a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

124. O Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à(s) Contratada(s), por escrito, as respectivas correções;
- b) emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c) comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

125. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da(s) Contratada(s) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002).

126. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da(s) Contratada(s), sem prejuízo da aplicação de penalidades.

XIX – DO PAGAMENTO

127. O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura e somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo profissional competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada dos documentos necessários à comprovação da prestação dos serviços.

128. Os serviço executado será pago no mês subsequente à sua prestação.

129. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à comprovação da prestação dos serviços, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta, ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a(s) Contratada(s) providencie(m) as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Funpresp-Exe.

130. Caso seja constatado o descumprimento de obrigações ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a(s) Contratada(s) regularize(m) suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

131. Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

132. Antes de cada pagamento à(s) Contratada(s) será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

133. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da(s) Contratada(s), será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias regularize(m) sua situação ou, no mesmo prazo, apresente(m) sua defesa, cujo prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Funpresp-Exe.

134. Não havendo a regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Funpresp-Exe deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da(s) Contratada(s), bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento dos seus créditos.

135. Persistindo a irregularidade, a Funpresp-Exe deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato mediante abertura de processo administrativo que assegure à(s) Contratada(s) a ampla defesa.
136. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida quanto a rescisão do Contrato, caso a(s) Contratada(s) não regularize(m) sua situação junto ao SICAF.
137. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Funpresp-Exe, não será rescindido o Contrato em execução com a(s) Contratada(s) inadimplente(s) no SICAF.
138. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
139. A(s) Contratada(s) regularmente optante(s) pelo Simples Nacional não sofrerá(ão) a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
140. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a(s) Contratada(s) não tenha(m) concorrido para sua ocorrência, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Funpresp-Exe, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{-(TX \div 100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = \frac{-(6 \div 100)}{365}$$

I = 0,00016438

XX – REAJUSTE

141. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
142. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da(s) Contratada(s), os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
143. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
144. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à(s) Contratada(s) a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

145. Fica(m) a(s) Contratada(s) obrigada(s) a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
146. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
147. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
148. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
149. O reajuste será realizado por apostilamento.

XXI – GARANTIA DA EXECUÇÃO

150. Considerando que o pagamento da(s) Contratada(s) está condicionado à efetiva prestação do serviço, não será exigida garantia contratual.

XXII – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

151. Comete infração administrativa nos termos inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 a(s) Contratada(s) que:
- a) falhar(em) na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar(em) o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar(em) na execução do contrato;
 - d) comportar(em)-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer(em) fraude fiscal.
152. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Contratante pode aplicar à(s) Contratada(s) as seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - b) Multa de:
 - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Contratante, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, no item 155;

- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

153. As sanções previstas nos subitens “a”, “b” e “c” poderão ser aplicadas à(s) Contratada(s) juntamente com as de multa, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

154. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

155. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1 – Correspondência da multa por grau da infração

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2 – Classificação das infrações por grau de gravidade

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar falha de segurança ou sigilo;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia;	4
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
6	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1

156. A aplicação de qualquer das penalidades previstas será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à(s) Contratada(s).

157. As multas devidas e prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou, quando for o caso, cobrados judicialmente.

158. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

159. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Funpres-Exe poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

160. As penalidades serão registradas no SICAF.

161. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Funpres-Exe poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 13.303/2016:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Funpres-Exe em virtude de atos ilícitos praticados.

162. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Funpres-Exe, observado o princípio da proporcionalidade.

XXIII – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

163. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

164. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

165. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

166. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter desempenhado, de maneira satisfatória, serviço pertinente e compatível com o objeto da licitação, em características, quantidade de empregados e prazos, por período não inferior a 03 (três) anos, admitida a soma de atestados.

167. No caso de apresentação de mais de um atestado, somente será habilitada a licitante que comprovar a execução de serviço compreendendo pelo menos 12 (doze) meses consecutivos.

168. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) conter, obrigatoriamente:

- a) a especificação do serviço;
- b) a identificação da empresa Contratante (nome, CNPJ e endereço);
- c) a identificação do signatário, assinatura e telefone do emissor do documento para contato, se necessário.

169. A critério do pregoeiro poderá ser requerida a apresentação dos contratos correspondentes aos atestados, bem como a realização de diligências para a confirmação quanto à veracidade das informações apresentadas.

XXIV – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

170. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos constantes do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Funpres-Exe.

XXV – CONCLUSÃO

171. Encaminha-se ao Gerente de Patrimônio, Logística e Contratação para providências.

Atenciosamente,

I - Integrante Requisitante

(assinado digitalmente)

Adan Henrique Carvalho Reis
Coordenador de Ouvidoria

II - Integrante Técnico

(assinado digitalmente)

Simone Silveira Barreto
Coordenadora de Ouvidoria Substituta

XXVI – ANEXOS

Anexo 1 - Modelo de Proposta (0096170)



Documento assinado eletronicamente por **Simone Silveira Barreto, Ouvidor**, em 08/03/2023, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adan Henrique Carvalho Reis, Ouvidor**, em 08/03/2023, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0095773** e o código CRC **DDD3402A**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.000603.000017/2022-89

SEI nº 0095773

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>

Criado por 73214280104, versão 4 por 73214280104 em 08/03/2023 16:20:24.

**ANEXO II DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023
MINUTAS DE CONTRATOS**

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO



MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 03750.000603.000017/2022-89

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE DEMANDAS DE OUVIDORIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO– FUNPRES-EXE E A
_____.

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO – FUNPRES-EXE, com sede no Edifício Corporate Financial Center - SCN - Quadra 02 – Bloco A – 2º Andar – Salas 201 a 204 – Brasília – DF – CEP: 70712-900, inscrita no CNPJ sob o nº 17.312.597/0001-02, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor de Administração, o Sr. _____, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº _____, cargo para o qual foi nomeado mediante a Resolução do Conselho Deliberativo nº 452, de 06 de outubro de 2021 e por seu Gerente de Patrimônio, Logística e Contratações, o Sr. _____, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº _____, nomeado através da Resolução do Conselho Deliberativo nº 119, de 24 de agosto de 2016, ambos residentes e domiciliados em Brasília/DF, na forma da competência contida no Anexo I da Política de Alçadas da **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no _____, daqui por diante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), portador da cédula de identidade nº _____, expedida pela _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 03750.000603.000017/2022-89, referente ao Pregão Eletrônico nº 02/2023, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018, da

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e demais legislações correlatas e mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços especializados em Gestão de Demandas de Ouvidoria, disponibilizados em plataforma de atendimento multicanais em nuvem (SaaS), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste instrumento.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

SERVIÇOS PRESTADOS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT	Valor Mensal/Unitário	Valor Global para 12 meses	
1	Plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria	Mensalidade	12			
	Implantação e Licenças de Plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria	Pagamento único	1			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ (.....), para a prestação dos serviços, conforme descrito na subcláusula 1.3.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação para o corrente exercício correrão à conta dos recursos constantes das Despesas do Plano de Gestão Administrativa, aprovado na 118ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, de 15 de dezembro de 2022, na Ação Orçamentária – Tecnologia da Informação, Item – Softwares Especializados de Apoio ao Negócio – Software de Gestão de Ouvidoria e Canal Externo de Denúncias.

4.2. Nos exercícios seguintes as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste instrumento e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo desse instrumento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo desse instrumento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo desse instrumento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Funpresp-Exe, e com as consequências indicadas nos arts. 82 a 84 da Lei nº 13.303, de 2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo desse contrato.

11.1.2. amigavelmente;

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Funpresp-Exe, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/MP nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

13.1. Caso a CONTRATADA, no decorrer da prestação de serviços, tenha acesso a dados pessoais, deverá respeitar as regras editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) no tocante ao armazenamento e tratamento de referidos dados e informações, sem prejuízo do estrito respeito à Lei n. 12.965 de 2014 (“Marco Civil da Internet”), Decreto n. 8.771 de 2016 (“Regulamento do Marco Civil da Internet”), bem como quaisquer outras leis ou normas relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste Contrato, em especial a Lei nº 13.709 de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelos arts. 72 e 81 da Lei nº 13.303/2016

14.2. A CONTRATADA, desde que haja acordo entre as partes, poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VALIDADE DA ASSINATURA ELETRÔNICA**

15.1. As Partes desde já acordam que o presente instrumento e os demais documentos correlatos poderão ser assinados eletronicamente por meio de plataforma que assegure a sua autoria e integridade, reconhecendo desde já a sua validade jurídica, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, regras e princípios de direito privado.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e duas testemunhas.

Brasília/DF, _____, de _____ de 2023.

Pela Contratante:

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

GERENTE DE PATRIMÔNIO, LOGÍSTICA E CONTRATAÇÕES

Pela Contratada:

Testemunhas:

Analistas de Previdência Complementar

Anexo I do Contrato __/2023 - Termo de Referência.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.000603.000017/2022-89

SEI nº 0097345

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>

Criado por [24544620104](#), versão 4 por [24544620104](#) em 16/03/2023 17:50:59.

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO



MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 03750.000603.000017/2022-89

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE DEMANDAS DE CANAL EXTERNO DE DENÚNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO– FUNPRESP-EXE E A

_____.

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO – FUNPRESP-EXE, com sede no Edifício Corporate Financial Center - SCN - Quadra 02 – Bloco A – 2º Andar – Salas 201 a 204 – Brasília – DF – CEP: 70712-900, inscrita no CNPJ sob o nº 17.312.597/0001-02, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor de Administração, o Sr. _____, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº _____, cargo para o qual foi nomeado mediante a Resolução do Conselho Deliberativo nº 452, de 06 de outubro de 2021 e por seu Gerente de Patrimônio, Logística e Contratações, o Sr. _____, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº _____, nomeado através da Resolução do Conselho Deliberativo nº 119, de 24 de agosto de 2016, ambos residentes e domiciliados em Brasília/DF, na forma da competência contida no Anexo I da Política de Alçadas da **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no _____, daqui por diante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), portador da cédula de identidade nº _____, expedida pela _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, resolvem celebrar o presente Contrato, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 03750.000603.000017/2022-89, referente ao Pregão Eletrônico nº 02/2023, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018, da

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, e demais legislações correlatas e mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços especializados em Canal Externo de Denúncia, disponibilizado em plataforma de atendimento multicanais em nuvem (SaaS), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste instrumento.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

SERVIÇOS PRESTADOS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT	Valor Mensal/Unitário	Valor Global para 12 meses	
1	Plataforma de Canal Externo de Denúncia	Mensalidade	12			
	Implantação e Licenças de Plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria	Pagamento único	1			

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA –DO PREÇO

3.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ (.....), para a prestação dos serviços, conforme descrito na subcláusula 1.3.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação para o corrente exercício correrão à conta dos recursos constantes das Despesas do Plano de Gestão Administrativa, aprovado na 118ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo, de 15 de dezembro de 2022, na Ação Orçamentária – Tecnologia da Informação, Item – Softwares Especializados de Apoio ao Negócio – Software de Gestão de Ouvidoria e Canal Externo de Denúncias.

4.2. Nos exercícios seguintes as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste instrumento e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo desse instrumento.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo desse instrumento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo desse instrumento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Funpres-Exe, e com as consequências indicadas nos arts. 82 a 84 da Lei nº 13.303, de 2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo desse contrato.

11.1.2. amigavelmente;

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Funpres-Exe, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/MP nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

13.1. Caso a CONTRATADA, no decorrer da prestação de serviços, tenha acesso a dados pessoais, deverá respeitar as regras editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) no tocante ao armazenamento e tratamento de referidos dados e informações, sem prejuízo do estrito respeito à Lei n. 12.965 de 2014 (“Marco Civil da Internet”), Decreto n. 8.771 de 2016 (“Regulamento do Marco Civil da Internet”), bem como quaisquer outras leis ou normas relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste Contrato, em especial a Lei nº 13.709 de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina pelos arts. 72 e 81 da Lei nº 13.303/2016

14.2. A CONTRATADA, desde que haja acordo entre as partes, poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VALIDADE DA ASSINATURA ELETRÔNICA**

15.1. As Partes desde já acordam que o presente instrumento e os demais documentos correlatos poderão ser assinados eletronicamente por meio de plataforma que assegure a sua autoria e integridade, reconhecendo desde já a sua validade jurídica, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, regras e princípios de direito privado.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e duas testemunhas.

Brasília/DF, _____, de _____ de 2023.

Pela Contratante:

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

GERENTE DE PATRIMÔNIO, LOGÍSTICA E CONTRATAÇÕES

Pela Contratada:

Testemunhas:

Analistas de Previdência Complementar

Anexo I do Contrato __/2023 - Termo de Referência.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.000603.000017/2022-89

SEI nº 0097369

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>

Criado por [24544620104](#), versão 6 por [24544620104](#) em 16/03/2023 17:53:22.

ANEXO III

MODELOS DE PROPOSTAS

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (A)

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº. sediada na _____ telefone _____ e-mail _____, para a contratação de serviços especializados em Gestão de Demandas de Ouvidoria, disponibilizados em plataforma de atendimento multicanais em nuvem (SaaS).

O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) dias, contados da data de abertura do Pregão Eletrônico nº 02/2023. (Obs: Não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias).

SERVIÇOS PRESTADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT	Valor Mensal/Unitário	Valor Global para 12 meses
1	Plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria	Mensalidade	12		
	Implantação e Licenças de Plataforma de Gestão de Demandas de Ouvidoria	Pagamento único	1		
PREÇO TOTAL OFERTADO PARA O ITEM 1					

Declaramos total concordância a todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2023 e seus Anexos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA				
Razão Social:	CNPJ:			
Endereço:	Tel/Fax:			
CEP:	Cidade:	UF:		
Banco, Agência e Conta:	E-mail			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:				
Nome:				
CPF:	Cargo/Função:			
RG:	Órgão Expedidor:			
Nacionalidade:	E-mail:			



Domicílio: _____

Local e Data: _____

Nome e Assinatura do Responsável Legal: _____

Cargo: _____

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (B)

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº. sediada na _____ telefone _____ e-mail _____, para a contratação de serviços especializados em Canal Externo de Denúncia, disponibilizados em plataforma de atendimento multicanais em nuvem (SaaS).

O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) dias, contados da data de abertura do Pregão Eletrônico nº 02/2023. (Obs: Não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias).

SERVIÇOS PRESTADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT	Valor Mensal/Unitário	Valor Global para 12 meses
2	Plataforma de Canal Externo de Denúncia	Mensalidade	12		
	Implantação e Licenças de Plataforma de Canal Externo de Denúncia	Pagamento único	1		
PREÇO TOTAL OFERTADO PARA O ITEM 2					

Declaramos total concordância a todas as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2023 e seus Anexos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA				
Razão Social:	CNPJ:			
Endereço:	Tel/Fax:			
CEP:	Cidade:	UF:		
Banco, Agência e Conta:	E-mail			
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:				
Nome:				
CPF:	Cargo/Função:			
RG:	Órgão Expedidor:			
Nacionalidade:	E-mail:			
Domicílio:				

Local e Data: _____



Nome e Assinatura do Responsável Legal: _____

Cargo: _____